



CÂMARA MUNICIPAL DE CAPITÓLIO 7

ESTADO DE MINAS GERAIS

Ata da 11ª (Décima Primeira) reunião ordinária da Câmara Municipal de Capitólio – MG, em sua 18ª (décima oitava) legislatura. Aos 04 (quatro) dias do mês de Julho de 2017, às 19:00 (dezenove) horas, na sala de sessões legislativas, estavam reunidos os Srs. Alisson Santos Almada – presidente; Elias Antônio Chaves - vice-presidente, Carlos Costa, Dárcio Alves Costa, Flávio Soares Júnior, Geraldo Vianey de Oliveira, Hélio Gonçalves dos Santos, Renato Antônio de Oliveira e Renato José da Silva. O Sr. Presidente fez seus cumprimentos e uma Oração antes de dar início a sessão. Após a oração o Presidente pediu para fazer a leitura da Ata da sessão anterior a qual foi lida, discutida e aprovada pelos vereadores presentes. Em seguida o Presidente pediu ao secretário para fazer a leitura da justificativa do Sr. Prefeito fazendo esclarecimento sobre o programa NASF, a equipe de cada categoria e a origem de seus recursos. Também foi feita a leitura da resposta do ofício enviado a pedido do vereador Renato Antônio, que solicitava informações sobre o Projeto de Lei Complementar nº 10/2017. Na justificativa afirmou que o cargo de professor, objeto de proposta de extinção (1 vaga), encontra-se fora das vagas ofertadas para o concurso e são 36 (trinta e seis) efetivos e todas as vagas do Concurso já foram efetivadas. São 47 vagas autorizadas por lei e 9 (nove) vagas estão ocupadas por contrato temporário, 2 (duas) vagas estão sem previsão de uso. Disse que às 9 (nove) vagas temporárias estão ocupadas para atender a situação de efetivas que se afastaram para tratamento de saúde ou aposentadoria provisória. O Sr. Presidente disse que recebeu do Sindicato dos Servidores Públicos um ofício questionando sobre o Projeto de Lei Complementar nº 10/2017 e espera que com as justificativas do Sr. Prefeito tenha esclarecido todas as dúvidas; como o Sindicato pediu para fazer uso da tribuna deixou a palavra livre para suas colocações. O assessor jurídico do sindicato, Dr. Paulo Henrique fez seus cumprimentos e disse que o sindicato fez este questionamento ao Poder Legislativo porque o chefe do Executivo não utiliza do decreto de vacância dos cargos e se ele estivesse enviado a justificativa da extinção dos cargos estaria tudo esclarecido. Sugere que o departamento jurídico da prefeitura utilize o decreto de vacância que evitaria todo este transtorno burocrático nesta Casa. Falou que o município tem uma carência muito grande de consulta a sua legislação, que possibilite acessar para saber o número de funcionários existente no município. Mas como foi feita a justificativa e ela foi aceita não tem mais colocações. O Sr. Presidente disse ao Sr. Paulo que ele mesmo pediu ao Chefe do Executivo para quando enviar projeto de criação e extinção de cargos que envie junto ao projeto uma justificativa para que possa sanar as possíveis dúvidas, do mesmo modo que o sindicato não tem acesso a estas informações a Câmara também não tem. Também pediu ao assessor jurídico da Casa para dar seu parecer, em poucas palavras o assessor fez seus cumprimentos e disse que o município tem a Lei de contratação por prazo determinado é a Lei Nº1.115 de 1997 e o seu parecer referente ao Projeto de Lei Complementar nº 10/2017 é pela legalidade e constitucionalidade do mesmo. O Presidente disse que realmente o município passa por esta deficiência de informações, mas informa que já está tomando providências para que em breve toda a história do município seja digitalizada e disponibilizada nas redes sociais. Em seguida deixou a palavra aberta aos vereadores para suas considerações. Fazendo uso da mesma, o vereador Flávio Soares fez seus cumprimentos e disse que é bom ver que hoje a Casa está participativa com muitas pessoas da comunidade. Foi bem vindo ouvir a assessoria do sindicato, a justificativa

do chefe do Executivo e a assessoria da Casa, porque assim esclarece dúvidas e os vereadores ficam mais seguros em votar os projetos. Falou que é muito importante a digitalização e disponibilização das Leis em redes sociais para pesquisa. Agradece ao Dr. Paulo pela presença e pelas explicações prestadas. O vereador Hélio fez seus cumprimentos e disse que o projeto do NASF é muito importante, é programa do governo federal e tem mesmo que aproveitar e trabalhar em prol da população, porque o país vivencia uma forte crise econômica. O vereador Renato Antônio cumprimentou e agradeceu a presença de todos e também do ex-vereador José Ribeiro, agradeceu ao assessor jurídico do sindicato pelo questionamento quanto ao Projeto em discussão, sabe da importância que o programa NASF representa para o município. Em seguida foi feita a leitura dos pareceres; jurídico e das comissões permanente referente ao Projeto de Lei Complementar nº 10/2017 manifestando pela legalidade e constitucionalidade. Colocado em 1ª votação foi aprovado por 8 votos favoráveis e também aprovado em 2ª votação. O Sr. Presidente disse que iria deixar a leitura dos projetos para o final da sessão e pede ao secretário para fazer a leitura do ofício recebido da APAE respondendo a Câmara falando sobre o trabalho que o funcionário João Elias realiza dentro da entidade, sendo um profissional de excelente qualidade responsável por todo serviço financeiro da instituição, e através de seu conhecimento contribuiu muito com a manutenção e estabilidade financeira da instituição, inclusive com o pagamento do INSS patronal que a APAE vinha recolhendo desnecessariamente o que gerou uma economia em torno de R\$ 140.000,00 (Cento quarenta mil reais), e a diretoria da APAE pede a permanência deste servidor na instituição. A palavra foi dirigida ao Presidente da APAE, Sr. Genésio Teixeira que se referiu à prefeitura, falou dos repasses feitos por ela à entidade são insuficientes para a manutenção da entidade, é preciso fazer alguns eventos, pois ela recebe algumas doações ao longo do ano e ela não conseguiria arcar com uma despesa de um funcionário do porte do Sr. João Elias. Falou da dificuldade financeira que a instituição está passando, disse que já tentou uma negociação com o Prefeito, mas diante da burocracia está difícil a permanência do servidor na APAE, gostaria muito da permanência dele na instituição afirmando que o mesmo desenvolve um bom trabalho. Os vereadores Dárcio, Geraldo Vianey, Hélio Gonçalves, Renato Antônio e Renato José disseram que a Câmara é parceira de todas as entidades da cidade, mas lamenta todo este transtorno com o servidor João Elias, todos sabem da competência do servidor e conhecem bem o trabalho desenvolvido pelos demais funcionários da APAE; esperam que encontre uma solução legal e que o Sr. João Elias possa permanecer. Dárcio lembrou que no dia 08 de junho próximo será realizado um evento para as entidades APAE e o Lar São Vicente, convida a todos para participarem. O Sr. Presidente pede desculpas ao pessoal de casa que esta acompanhando porque houve problemas técnicos de internet e não pôde fazer toda transmissão prometeu solucionar. O Presidente Alisson convidou a Presidente do Sindicato dos servidores para uso da palavra, mas ela disse que o assessor responderia aos questionamentos. Dr. Paulo Henrique fez os cumprimentos novamente e fez colocações sobre a crise financeira que as APAEs do Brasil estão vivendo, e em nenhum momento o sindicato quer prejudicar esta entidade, parabenizou todos os funcionários que prestam serviços na entidade. Disse que dentro as atividades do sindicato existem as atividades técnicas e uma delas é a fiscalização, como jornada e condições de trabalho dos servidores, inclusive a folha de pagamento, desvio de funções e cessão de servidores, sob pena de responsabilidade de sua direção em caso de omissão. Fez uma análise na folha de



CÂMARA MUNICIPAL DE CAPITÓLIO 9

ESTADO DE MINAS GERAIS

pagamento dos servidores teve um caso extenuante de servidor com oitenta horas extras, sendo que só é permitido 60 (sessenta horas), também há casos de motoristas, é onde o sindicato tem de agir para colibir estas situações. Constatou também que atualmente o Sr. João Elias ocupa o cargo de secretário executivo recebe uma remuneração bem acima da média, comparado à outros servidores. É servidor de longa data e ocupou cargo de chefia e assessoramento dentro da cúpula administrativa do município e se este servidor fosse aproveitado na área administrativa da prefeitura o município teria uma economia, podendo disponibilizar outro servidor com uma menor remuneração; isto chama-se economicidade. Deixou claro que o servidor não está em desvio de função ele foi cedido para a APAE, apenas a prefeitura não apresentou ao sindicato os documentos que comprove esta cessão. Afirma que estudou o histórico dele é um servidor ímpar, altamente treinado e versado para administração pública e hoje existem inúmeros cargos que são ocupados por servidores temporários. O Sr. Presidente perguntou ao assessor do sindicato se o gestor do município consegue diminuir o salário deste servidor caso ele seja transferido para outro setor. Em resposta Dr. Paulo disse que esta resposta depende da análise jurídica da administração, mas acha difícil, porque este valor já integrou no seu patrimônio jurídico. O Sr. Presidente disse que foi questionado pelo Presidente da APAE que os outros servidores que estão em desvio de função trabalhando em outros órgãos públicos se o sindicato vai olhar estes casos ou vai ficar apenas com este cargo específico. Dr. Paulo fala novamente que o caso deste servidor João Elias não é desvio de função, ele está subaproveitado na APAE, neste caso a cessão é legalmente permitida desde que preenchido os requisitos formais. Falou que o sindicato não concorda é com o desrespeito do princípio da proporcionalidade e razoabilidade e principalmente da eficiência. Defende a economia para que o município tenha condições suficientes para implantar um plano de carreira para os servidores, pois conheceu servidores que têm esplêndidos conhecimentos na administração pública, mas que estão em cargos de agentes administrativos exercendo cargos comissionados que podem ser-lhes tirados com a mudança de gestão, é pra isso que o sindicato está lutando, a ausência de um plano de carreira penaliza tais servidores. O que o sindicato está pedindo é para que o município aplique as diretrizes de empresas privadas para que gere mais rentabilidade para a prefeitura. O Presidente da Câmara diz que foi questionado que há outros servidores em desvios de função e se for pra tomar um posicionamento tem de ser com todos, inclusive foi citado que a própria presidente do sindicato está em desvio de função e pergunta ao assessor jurídico se ele tem esse conhecimento, se estiver que regularize a situação dela também. Em resposta Dr. Paulo disse que não é de seu conhecimento se ela realmente estiver em desvio de função com certeza como procurador do sindicato tomará as providências junto ao município, mas à possibilidade dela ser cedida não sabe se a prefeitura usou os meios legais. Disse que as portas do sindicato estarão sempre abertas aos vereadores e todo cidadão. Usando a palavra o vereador Renato Antônio diz que humildemente pensa que nem tudo que é legal é moral e nem tudo que é moral é legal e a seu ver a maior prejudicada está sendo a APAE e não precisaria ter sido feita denúncia em seu ponto de vista ele permanece na entidade. Dr. Paulo afirma que não houve denúncia, apenas questionamentos, pois procurou o Prefeito e ele não teve pauta para o sindicato, e que o vereador está equivocado ao afirmar que houve uma denúncia, apenas acredita que possa habilitar outra pessoa para desenvolver o trabalho no lugar dele na APAE com um menor salário, pois existem pessoas competentes que irão prestar o mesmo

serviço, demonstrou matematicamente a economia que o município poderá fazer com este remanejamento: dispensando servidores contratos como: chefe de divisão de compras, diretor do departamento de controladoria interna e diretor do departamento de administração e planejamento entre tantos outros criados dentro da administração. A coordenadora da APAE, Jusley Ribeiro fez uso da palavra falou um pouco sobre o funcionamento da instituição que é uma prestadora de serviços relacionado a saúde, educação e assistência social à pessoas portadoras de deficiências e tem vários profissionais da área, que é direito destas pessoas e dever do estado. Disse que discorda quando o assessor do sindicato diz que o servidor João Elias está sendo subaproveitado na APAE, pois ela presta um serviço de qualidade e é uma grande parceira do município e se o valor de sua remuneração está acima da média dos outros servidores é porque ao longo dos anos foi acumulando uma gratificação que é o biênio. Acredita que dependendo do lugar que ele for, será bem menos utilizado do que onde está, pois depois que ele começou a prestar serviços na APAE seu conhecimento contribuiu muito com a entidade principalmente na questão financeira. Questiona ao assessor do sindicato se o funcionário João Elias está ilegal. Em resposta o assessor responde que não, o município tem amplas condições de ceder outro servidor como um agente administrativo, com uma remuneração menor, sabe que é inquestionável o trabalho da APAE e principalmente a competência do servidor João Elias, apenas questiona a aplicação racional dos recursos do município e se ele é confiável como recurso humano para gerir os recursos da APAE porque não ter a confiança para município. Sabe que o prefeito tem uma abertura para fazer de forma legal, mas não uma procuração em branco, ele tem de observar o princípio da eficiência e pela competência do servidor tem de ser aproveitado de forma eficaz. Em seguida o vereador Flávio Soares fez cumprimentos e disse que é indiscutível o trabalho realizado pela APAE pois já foi um voluntário na entidade e se é legal a Prefeitura usar deste procedimentos de cessão de servidores que faça dentro da legalidade, pois se o funcionário João Elias não puder permanecer trabalhando na instituição vai precisar colocar outro para realizar suas funções. O Presidente da Câmara pediu ao secretário vereador Renato Antônio que acompanhe o Presidente da APAE juntamente com o Chefe do Executivo para ver o respaldo jurídico na permanência do funcionário João Elias na entidade, do contrário ele voltará exercer atividades em outro departamento da prefeitura. Também faz uso da palavra algumas crianças que são assistidas pela APAE, pedindo que olhasse com carinho pela entidade e a permanência de João Elias. O vereador Elias Chaves fez seus cumprimentos e disse que com relação a tudo que foi falado a respeito da APAE, concorda com a posição do sindicato em fazer uma economia para o município, mas é favorável a permanência do servidor na entidade, falou da importância dos trabalhos realizados principalmente na questão da saúde. Dando sequência na sessão o Sr. Presidente disse que a palavra estava aberta a classe das professoras sobre a reivindicação para o funcionamento das creches do período de férias. Novamente com a palavra o assessor do sindicato fala em nome das professoras e servidores das creches as quais tem o direito deste recesso, disse que o MEC recomenda que as creches acompanhem o sistema educacional como um todo, mas não vê a permanência das crianças por tempo ininterrupto pois as crianças devem ter o convívio com os pais, mas caso haja este funcionamento, o MEC sugere que seja de característica lúdica não especificamente as atividades desenvolvidas durante o período normal. O Presidente disse que é



merecedor o descanso dos servidores sabe do desgaste das professoras e auxiliares de creche, mas é neste período que muitos pais fazem trabalho extra por isso as crianças necessitam do funcionamento das creches. Disse que segundo informações da coordenadora da creche, em Janeiro de 2017, houve vários pedidos dos pais para o funcionamento durante o recesso escolar e então o poder Executivo contratou servidores para atender a demanda das crianças e a frequência delas foi muito baixo. Disse que em reunião com o prefeito ficou acordado que pais que precisarem do funcionamento das creches deverá procurar o CRAS para comprovar que não tem com que deixar a criança e também não tem condições de pagar uma ajudante, somente atenderia os casos de extrema necessidade. Falou que vai enviar ofício para o secretário de educação solicitando informações como será o remanejamento dos funcionários das creches durante o período de férias. Prosseguindo com a sessão o Sr. Presidente convidou a secretária de turismo do município Andréia Rodrigues para que fizesse algumas colocações sobre o projeto de lei que regulamenta o turismo no município. A secretária usou a palavra e informou aos demais que este projeto visa regulamentar o turismo, e que foram feitos muitos estudos a respeito, buscou sugestões, pesquisaram leis de outros municípios, realizou reuniões com empresários do ramo onde discutiram sobre os problemas enfrentados com o crescimento turístico que deslanchou rapidamente. Um dos problemas que os empresários pretendem amenizar que a questão dos ônibus de turismo que vem e voltam no mesmo dia, sem fazer uma reserva e o pessoal muitas vezes não tem como atendê-los. Também será feito a regulamentação náutica, será cobrada uma taxa de turismo e criado os piers públicos. Disse que procuraram adaptar todas as sugestões que foram apontadas dentro das possibilidades no projeto de lei, para que se consiga dar uma direção de qualidade no turismo e que ele continue crescendo e melhorando cada vez mais. Foi feita a leitura do projeto de Lei complementar nº 11/2017, o qual segue transcrito.

O vereador Renato Antônio faz uma observação quanto ao projeto, que realmente foi bem discutido e houve muita participação na reunião na casa da cultura. O Sr. Presidente disse que ainda há muitas dúvidas por parte dos vereadores e convoca a todos para uma reunião na próxima terça feira dia 11 de julho para juntamente com o prefeito fazerem os acertos finais, pede aos vereadores que tiverem dúvidas ou sugestões que tragam nesta reunião e pede a presença da secretária de turismo. Complementando o assunto sobre turismo o Sr. Presidente disse participou juntamente com os vereadores Hélio Gonçalves e Elias Chaves de uma reunião em São Roque para tratar do assunto sobre as visitas no parque nacional da serra da canastra e ele sugeriu que se criasse uma lei como a que está sendo criada regulamentando o turismo lá também. A palavra foi aberta novamente aos vereadores para as considerações finais e o vereador Renato Antônio pede que seja oficializado o setor de obras para providenciar reparos nos bloquetes da rua Nelson Leite e também na rua Manoel Rodrigues de Melo colocar quebra mola perto do número 101, para coibir a passagem de motoristas que andam em alta velocidade. O vereador Elias Chaves fez comentários a respeito da reunião que participou neste dia e disse que em sua opinião Capitólio está mais avançado com relação a regulamentação do turismo e que tem de agilizar mais rápido pois o verão está chegando. O vereador Hélio Gonçalves teceu comentários sobre a prova prática de motorista, disse que houve alguns questionamentos e entraram com recursos sendo três de motoristas e um de operador. O vereador Renato José afirma que com relação ao concurso foi bem

tranquilo e pede que tome providências a respeito da ponte ao lado da cerealista está cedendo do lado direito antes que comece o período chuvoso e também que envie ofício ao DR para fazer um alargamento na estrada que dá acesso ao trevo para espaço à ciclistas e carroças. O vereador Flávio também comentou a respeito do projeto de turismo parabenizou os articuladores deste, mas afirma que ainda caberá algumas mudanças. O vereador Dárcio pediu que deixasse registrado o valor da ufica, principalmente para os internautas que estão acompanhando a sessão que é o valor de R\$ 30,30(trinta reais e trinta centavos). Também foi feita a leitura do convite para o 1º festival de inverno, e a secretária de turismo falou um pouco mais a respeito deste festival que acontecerá durante todo o mês de julho nos finais de semana, onde acontecerão vários atrativos culturais, para tentar fomentar o turismo na temporada do inverno. O Presidente parabeniza pela iniciativa e o trabalho realizado pelo departamento de turismo e aproveitando incentivou e convidou a todos para participarem. Os demais vereadores também parabenizaram a secretária de turismo e o vereador Hélio falou a respeito de estar resgatando o carnaval para o povo de Capitólio. Nada mais havendo para ser tratado o Sr. Presidente fez seus agradecimentos e encerrou a sessão. Para constar lavrou-se a presente ata que após ser lida, discutida e aprovada será assinada. Sala das sessões, 04 de julho de 2017.

[Handwritten signatures and notes in blue ink]
 Renato José de Souza
 Prefeito Municipal de Capitólio - SC
 Rua Antonio de Almeida